

Saque-aniversário: restrição compromete liberdade financeira



» PAULO SOLMUCCI
Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel)

A decisão do governo federal de impor limites ao saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) representa um retrocesso na autonomia financeira do trabalhador brasileiro. A partir de novembro, as novas regras reduziram drasticamente a possibilidade de antecipação, estabelecendo um teto de R\$ 2.500 por ano, dividido em cinco parcelas de R\$ 500, além de impor um intervalo mínimo de 90 dias para liberação dos recursos. Essa burocracia transforma um mecanismo simples e eficiente em algo quase inviável para quem enfrenta urgências no orçamento.

O saque-aniversário foi criado em 2019 com um objetivo claro: dar ao trabalhador acesso a parte do próprio patrimônio, sem depender de demissão ou aposentadoria. Em pouco tempo, tornou-se uma alternativa relevante para milhões de brasileiros. Mais de 26 milhões já utilizaram essa modalidade, e a maioria pertence à faixa de renda mais baixa, onde cada real faz diferença para manter as contas em dia.

Não se trata apenas de conveniência, mas de

justiça econômica. O FGTS é um recurso do trabalhador, acumulado ao longo dos anos, e deveria estar disponível para ajudá-lo a enfrentar momentos críticos. Ao impor restrições severas, o governo não apenas limita o acesso ao dinheiro, mas também empurra milhões para linhas de crédito com juros abusivos, como cartão de crédito e cheque especial.

A comparação das taxas é reveladora. Enquanto a antecipação do saque-aniversário tem juros de 1,79% ao mês, o consignado privado chega a quase 6%, e o cartão de crédito ultrapassa 10% ao mês. Em um cenário em que 76% das famílias estão endividadas, negar uma opção segura e barata é condenar o trabalhador a um ciclo de inadimplência. Essa escolha política não protege; ela fragiliza.

Outro ponto ignorado é o impacto social. Pesquisas mostram que a maior parte dos valores antecipados é usada para quitar dívidas, não para consumo irresponsável. Isso significa que o saque-aniversário atua como ferramenta de reorganização financeira, evitando que famílias entrem em colapso econômico. Ao restringir essa possibilidade, o governo desconsidera a realidade de quem vive com renda apertada e enfrenta juros extorsivos.

Há também um efeito macroeconômico positivo que está sendo desprezado. Quando trabalhadores conseguem equilibrar suas contas, voltam a consumir de forma planejada, beneficiando setores como comércio, serviços e alimentação fora do lar. Essa circulação de recursos gera empregos e fortalece pequenos negócios. Limitar o saque-aniversário é, portanto, uma medida que

prejudica não apenas indivíduos, mas toda a cadeia produtiva.

Outro argumento relevante é a segurança jurídica. Ao optar pelo saque-aniversário, o trabalhador renuncia ao direito de sacar o saldo integral do FGTS em caso de demissão sem justa causa. Essa regra já é controversa e deveria ser revista, pois penaliza quem busca planejamento financeiro. Em vez de corrigir essa distorção, o governo adiciona novas barreiras, tornando a modalidade menos atrativa e mais arriscada.

O discurso oficial de que as mudanças visam evitar “abusos” não se sustenta diante dos números. O FGTS encerrou 2024 com saldo superior a R\$ 770 bilhões, plenamente capaz de cumprir sua função social e financiar programas habitacionais. Restringir o saque-aniversário não é uma questão de sustentabilidade do fundo, mas de controle sobre o dinheiro do trabalhador.

Mais grave ainda é a incoerência da política econômica. Ao mesmo tempo em que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para proteger os mais pobres, o governo retira deles a possibilidade de usar os próprios recursos para sair do endividamento. Essa contradição revela uma falta de sensibilidade com quem mais precisa de alternativas acessíveis.

O caminho correto não é limitar, mas aperfeiçoar. É possível manter a saúde do FGTS e, ao mesmo tempo, garantir liberdade ao trabalhador. O saque-aniversário não é ameaça; é oportunidade. E deveria ser tratado como tal.

Maurenilson



O Agro 4.0 de Goiás: inovação, emprego verde e liderança na sustentabilidade global



» RONALDO CAIADO
Médico, produtor rural e governador do Estado de Goiás pelo segundo mandato consecutivo

O Brasil carrega o destino de alimentar o mundo, sendo responsável por abastecer cerca de 10% da população global. No epicentro dessa missão está Goiás, estado que se tornou pilar de nossa economia. A agropecuária goiana é um vetor de desenvolvimento social e econômico, representando, anualmente, mais de 80% de todo o valor exportado pelo estado, com uma contribuição decisiva para o saldo da balança comercial brasileira.

No momento em que o Brasil sedia a COP30, o modelo de agronegócio desenvolvido em nosso estado nos propõe uma reflexão. Enquanto grande parte do Brasil e do mundo ainda discute se o agro deve ser produtivo ou sustentável, a tecnologia nos levou a avançar para o “e”: o agro em Goiás já alia produtividade e sustentabilidade. Esses são dois valores indissociáveis em solo goiano.

A crítica ideológica que ataca o agronegócio — em grande porção a partir de Brasília — perde de vista a revolução em curso. Como costume dizer, “um grão de soja tem hoje mais tecnologia embarcada do que um smartphone de última geração”. Essa frase traduz a realidade da genética, da ciência do solo e da digitalização que garantem que produzamos mais em áreas já consolidadas, sem avançar sobre o Cerrado.

Essa modernização impulsiona a geração de milhares de empregos de alta qualificação em nosso território. A demanda por agrônomos, engenheiros de dados e técnicos em mecatrônica cresce exponencialmente, elevando o nível de renda e inclusão social. Nossa Universidade Federal de Goiás (UFG) é pioneira — já com profissionais graduados — na oferta de bacharelado em inteligência artificial, segmento que surge como grande aliado do setor produtivo.

No maior polo do agro goiano, a cidade de Rio Verde, a inovação é lei. As máquinas utilizam sensores e IA para o manejo de insumos em taxa variável, minimizando o uso de defensivos. No campo da pesquisa, temos parceiros como o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) da UFG para desenvolver softwares de gestão e monitoramento. Drones e veículos autônomos são usados no controle cirúrgico de pragas e na fiscalização ambiental promovida pelo Estado, garantindo a conformidade do campo ao Código Florestal em tempo real e de forma transparente.

A sustentabilidade do agro goiano é passaporte para mercados globais. Entendemos a exigência por certificação ambiental de parceiros externos, especialmente da União Europeia, como oportunidade. Goiás está à frente com o Programa Estadual de Bioinsumos, promovendo uma verdadeira economia verde. Impulsionamos o mercado de biofábricas, como a usina do CEBIO/Instituto Federal goiano em Iporá, que representa o modelo ideal de aproveitamento de resíduos. Ela transforma coprodutos e materiais que seriam descartados em biofertilizantes e agentes de controle biológico. Isso não só fecha ciclos, como consolida o setor na sustentabilidade energética — com o potencial de

geração de biogás e biometano a partir de resíduos.

O interesse de investidores internacionais, como demonstrado por governos e entidades do Japão, da Índia e dos EUA — nossos mais recentes interlocutores internacionais — prova que estamos no caminho certo. Eles buscam alianças no Brasil para o desenvolvimento de soluções in-natura e revelaram ver em Goiás um ambiente regulatório favorável (inclusive com legislação pioneira no Brasil para o uso de IA) e um compromisso real com a certificação de sustentabilidade.

Por fim, não podemos negligenciar nossa maior responsabilidade: o Cerrado, o berço das águas. Ele alimenta as principais bacias hidrográficas do país e recarrega grandes aquíferos. Proteger o Cerrado é garantir a soberania hídrica de toda a América do Sul.

Nossa resposta a essa missão é o Cerrado em Pé — Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que protege mais de 15 mil hectares de área. Remuneramos o produtor rural que, voluntariamente e comprovadamente, preserva o bioma. Aquele que recuperar pelo menos uma nascente degradada por ano recebe valor ainda maior. Além disso, o governo de Goiás tem atuado de forma incisiva no projeto Juntos pelo Araguaia, iniciativa multisetorial de recuperação de áreas degradadas e nascentes na bacia do rio, garantindo a sua vitalidade para o turismo, a economia local e o equilíbrio ambiental do Centro-Oeste.

Goiás é, assim, modelo inspirador, no qual a alta produtividade se une à proteção ambiental. Aqui, inovação e sustentabilidade aplicadas ao agronegócio são impulsionadores da soberania alimentar, da inclusão social e da proteção ambiental.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



Entre a coragem e a hesitação

Pesquisas de opinião recentes revelam um sentimento quase unânime entre os brasileiros: cerca de 73% da população deseja que as organizações criminosas sejam classificadas como grupos terroristas, segundo levantamento da Quaest Consultoria. O dado, em si, expressa mais do que uma preferência política, traduz o desespero de uma sociedade que já não distingue com clareza as fronteiras entre Estado e crime. Há muito, os tentáculos do poder paralelo não se limitam às vielas das grandes cidades. Estendem-se às estruturas públicas, aos contratos de transporte coletivo, à distribuição de gás, às licitações e, cada vez mais, aos corredores onde circula o poder institucional.

O que antes parecia mera especulação agora ganha contornos de diagnóstico. Relatórios da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público apontam para a infiltração de facções criminosas em ao menos 23 unidades da Federação, operando tanto nas franjas urbanas quanto nas altas esferas administrativas. Estima-se que o crime organizado movimente anualmente mais de R\$ 300 bilhões no Brasil, valor equivalente a cerca de 3% do PIB nacional, conforme levantamento do Instituto de Estudos Avançados da USP.

Tamanho poder econômico explica por que as fronteiras da legalidade se tornaram tão porosas, e o Estado, tão vulnerável à cooptação. Em muitos lugares, as facções substituem o poder público com uma eficiência que o governo parece incapaz de reproduzir — cobram tarifas, impõem normas, punem e protegem, operando um simulacro de soberania.

Enquanto isso, o país assiste ao avanço da criminalidade com o mesmo olhar apático com que se observa uma tempestade inevitável. Trata-se da radiografia de uma sociedade em decomposição moral, onde a vida se torna estatística e o medo se converte em política de Estado. O cidadão comum, acuado, vive o paradoxo de pagar por uma segurança que o Estado não entrega e por uma liberdade que se esvai sob o peso da intimidação.

Há, nesse quadro, uma omissão deliberada. Parte da classe política evita tratar o crime organizado como terrorismo por cálculo ideológico, como se admitir essa realidade implicasse traír antigas narrativas sociológicas. Para alguns setores do governo, os criminosos ainda são “vítimas do sistema”, expressão que desumaniza o cidadão honesto e romantiza o agressor. O sociólogo José de Souza Martins já advertira que “a tolerância com o crime é o primeiro estágio da degeneração democrática”. Ignorar isso é naturalizar o horror cotidiano.

A infiltração das facções nas instituições republicanas revela algo ainda mais grave: um Estado em processo de captura. Em 2023, investigações da Controladoria-Geral da União e da PF mostraram conexões entre servidores e esquemas de lavagem de dinheiro ligados ao tráfico de drogas. Em São Paulo, o Primeiro Comando da Capital (PCC) expandiu sua atuação para além das fronteiras nacionais, estabelecendo rotas de exportação de cocaína para a Europa, com lucros estimados em R\$ 2,5 bilhões anuais, segundo a Europol. No Rio de Janeiro, as milícias já controlam mais de 70% das comunidades da capital, de acordo com o Instituto Fogo Cruzado, configurando uma governança paralela que atua à margem da lei, mas dentro da rotina.

O Estado, acuado e hesitante, reage com discursos e comissões. Falta-lhe coragem para enfrentar a realidade que o oprime de dentro. Ao não classificar as facções como organizações terroristas, o governo perpetua a ficção de que enfrenta uma questão social e não uma estrutura político-militar que disputa o controle do país. Em nome de uma falsa sensibilidade, abdica do dever de proteger. A omissão se traveste de prudência, e o medo, de política pública.

Quando o crime define as regras e o Estado as cumpre, o pacto social se rompe de modo silencioso e irreversível. O Relatório Global de Criminalidade Organizada da ONU (2023) colocou o Brasil entre os 10 países mais infiltrados por redes criminosas no mundo, ao lado de nações em conflito civil. A fronteira entre legalidade e delinquência se esgarça, e o que resta é um território administrado pelo terror cotidiano. O país que se recusou a admitir o óbvio agora negocia sua soberania no varejo das alianças políticas e dos conchavos corporativos.

Há um silêncio perigoso pairando sobre as ruas e sobre o poder. O medo tornou-se o idioma nacional. E, quando o medo é política de governo, a liberdade passa a ser concessão. O Brasil precisa escolher entre a hesitação e a coragem, entre a cumplicidade e a restauração da autoridade. O tempo de negar o abismo já passou. Agora, o que se discute não é mais a intensidade da crise, mas se ainda há país a ser salvo — ou se já nos tornamos, definitivamente, reféns.

A frase que foi pronunciada:

“Aqueles que abrem mão da liberdade essencial por um pouco de segurança temporária não merecem nem liberdade nem segurança.”

Benjamin Franklin

História de Brasília

O Bloco do Palácio do Ministério da Justiça teve a sua pedra fundamental lançada com solenidade. Ficou nisto. O Itamaraty, também, até hoje não começou a construção. (Publicada em 11/5/1962)